

COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR E AS TRAJETÓRIAS DE UNIVERSITÁRIAS NEGRAS COTISTAS

Cláudia Ferreira Alexandre Gomes¹
Fabiano José Dias²

RESUMO

Historicamente negras e negros, assim como as/os indígenas, têm sido negligenciadas/os no que se refere ao acesso ao ensino superior. O debate sobre a democratização do ensino superior ganhou mais visibilidade a partir do ano 2000 quando as universidades públicas passaram a adotar políticas de ações afirmativas para o ingresso em seus cursos. As políticas de ações afirmativas, neste caso específico, as cotas raciais surgiram como uma alternativa para diminuir as desigualdades existentes entre negras/os e brancas/os em relação ao acesso ao ensino superior. Diante do exposto, este artigo tem como objetivo compreender o impacto das cotas raciais no ensino superior na trajetória de universitárias negras cotistas. Esta é uma pesquisa exploratória, descritiva e de natureza qualitativa, constituindo o estudo de caso a estratégia de pesquisa mais apropriada para nossa investigação. Para a coleta de dados utilizamos entrevistas semiestruturadas, onde foram entrevistadas cinco (5) universitárias cotistas, autodeclaradas negras, moradoras da Região Metropolitana do Recife (RMR). As entrevistas ocorreram entre os meses de junho e julho de 2019 e para realizarmos a pesquisa, utilizamos a técnica metodológica *snowball sampling* (bola de neve), que é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais, onde os participantes iniciais do estudo indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto ou o ponto de saturação. A partir das entrevistas realizadas, foi possível perceber a importância das cotas raciais como elemento de acesso ao ensino superior e conseqüentemente de mudança social na vida de negras universitárias cotistas.

Palavras-chave: cotas raciais, ensino superior, políticas de ações afirmativas, trajetórias, universitárias negras.

INTRODUÇÃO

A recusa em admitir a raça como um mecanismo gerador de desigualdades sociais repousa na crença, amplamente difundida, de que todas/os, independente de cor, desfrutam de uma situação racial harmoniosa e equilibrada em termos de tratamento e de acesso aos bens sociais, inclusive ao acesso à universidade.

Apesar da expressiva presença de negras e negros na população do país, distâncias consideráveis separam negras/os e brancas/os em vários setores da sociedade, principalmente

1 Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). e-mail: claudia83gomes@gmail.com

2 Especialista em Psicomotricidade pela Bagozzi/Curitiba e em Educação Infantil pela Uninter/Paraná. Pedagogo pela Uninter/Paraná e Gestor público pelo Instituto Federal do Paraná. Atualmente é professor do CMEI Pequeno Príncipe do Município de Pinhais no Paraná. e-mail: fabianosaid@hotmail.com

no que se refere ao acesso ao ensino superior, as cotas raciais têm auxiliado no processo de inclusão da população negra na universidade, haja vista que o ingresso ao ensino superior e sua conclusão se consolidaram, nas últimas décadas, como um dos principais meios através do qual a população negra vem garantindo o acesso à posições sociais mais valorizadas e melhor remuneradas.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é compreender o impacto das cotas raciais no ensino superior na trajetória de universitárias negras cotistas. Para além da introdução e das considerações finais, este artigo está estruturado em três sessões que abordam aspectos referentes as políticas de ações afirmativas, especificamente as cotas raciais e as trajetórias de cinco universitárias negras cotistas. Na primeira sessão, é descrito todo processo metodológico utilizado no desenvolvimento da pesquisa. A segunda sessão trata do referencial teórico que fundamentou a pesquisa. Por fim, a terceira sessão, versa sobre os resultados e discussões obtidos.

METODOLOGIA

O artigo desenvolvido apresenta-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, isto pela particularidade que a caracteriza: uma relação dialógica com os sujeitos da mesma (MINAYO, 2009).

As pessoas pesquisadas foram cinco (5) mulheres que se afirmam e reconhecem-se como negras, todas universitárias e cotistas, com idades entre 27 e 41 anos, cuja renda familiar varia entre 2 e 3,5 salários-mínimos, todas moradoras da Região Metropolitana de Recife, Pernambuco. Estas estudantes universitárias foram encontradas no próprio espaço da universidade: uma universidade pública em Recife, pretendendo assim, captar informações mais diretas sobre o cotidiano e a interação delas, observando diretamente suas relações com a universidade e suas sociabilidades.

Para a coleta de informações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e também observação participante na universidade, pois a combinação dessas técnicas permite uma maior aproximação dos comportamentos sociais a partir das relações humanas, a fim de conseguir obter as dimensões práticas e simbólicas da sociabilidade das universitárias negras cotistas.

Maria Izaura Pereira Queiroz (1988), ao tratar da entrevista semiestruturada, a considera uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisadora/or e que deve ser dirigida por esta/este, de acordo com seus objetivos.

As entrevistas ocorreram entre os meses de junho e julho de 2019 e foram realizadas na própria universidade a qual elas fazem parte. Cada entrevista durou em média 40 minutos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ensino superior no Brasil: breve contextualização histórica

O ensino superior brasileiro constituiu um acontecimento tardio, quando comparado com os do contexto europeu e latino-americano. As primeiras universidades na América Latina foram criadas nos séculos XVI e XVII, quando já existiam várias universidades na Europa.

Ao contrário da colonização espanhola, na América Latina os portugueses mostravam-se hostis à criação de escolas superiores e de universidades em sua colônia brasileira. As primeiras instituições de ensino superior (IES) no Brasil foram criadas somente no início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa, em 1808, para a colônia. Elas tinham por objetivo apenas fornecer quadros profissionais para desempenhar diferentes funções ocupacionais na corte (MARTINS e VIEIRA, 2014).

No final do Império (1889) o país contava com somente seis escolas superiores voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros. Em 1900, não existiam mais que 24 escolas de ensino superior; três décadas depois o sistema contava com uma centena de instituições, sendo que várias delas foram criadas pelo setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica (MARTINS e VIEIRA, 2014).

O ensino superior no Brasil só veio a adquirir cunho universitário nos anos 30. Contudo, de 1808 quando foram criadas as primeiras escolas superiores até 1934, o modelo de ensino superior estava direcionado na formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina ou para as engenharias (SAMPAIO, 1991).

A expansão da educação superior faz parte do conjunto de metas acordadas entre o governo brasileiro, Banco Mundial e FMI, resultando na implantação dos seguintes programas: Programa Universidade para Todos (PROUNI)³; o Fundo de Financiamento ao

3 O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi institucionalizado pela Lei n. 11.096, em 13 de janeiro de 2005, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. (PROUNI, 2017).

Estudante do Ensino Superior (FIES)⁴; o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁵ e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – (AGAPITO, 2016).

A ampliação do acesso e uma maior inclusão social no ensino superior aconteceu devido aos programas citados e pela introdução das Políticas de Ações Afirmativas no setor público (NEVES, MORCHE e ANHAIA, 2011).

Políticas de ações afirmativas: concepções iniciais

A expressão tem origem nos Estados Unidos, local que ainda hoje se constitui como importante referência no assunto. Os Estados Unidos desenvolve a ideia de ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis antissegregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. Mas a ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos. Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros (MOEHLECKE, 2002).

O termo ação afirmativa chega ao Brasil carregado de uma diversidade de sentidos, o que em grande parte reflete os debates e experiências históricas dos países em que foram desenvolvidas.

Os primeiros esboços de uma política de ações afirmativas no Brasil, ocorreram em 1996, quando o Congresso Nacional aprovou um projeto de lei que estabelecia uma cota mínima de 30% para a participação de mulheres na lista de candidatos dos partidos (BIGOSSO, 2009).

Sobre Ação Afirmativa Arabela Oliven (2007, p.30) diz que:

“O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando”.

4 O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em IES privadas (presencial e a distância) que tenham avaliação positiva do MEC. (FIES, 2016).

5 A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior na modalidade a distância para professores, dirigentes, gestores e trabalhadores da educação básica, que têm dificuldade de acesso à formação universitária presencial. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

Silva & Morais (2015, p. 31) resumem que ações afirmativas é “[...] tratar de desigualdades, de preconceitos, de discriminações, mas não só. É tratar justamente de meios para superar as desigualdades, combater os preconceitos, denunciar discriminações, além de reconhecer e valorizar as diferenças”.

A igualdade é outra bandeira que acompanha as políticas de ações afirmativas. Através da inclusão, cria-se uma oportunidade para o ingresso de um determinado grupo minoritário e com a possibilidade de conhecer e resolver tais situações começando assim um processo de tratamento para diminuir as desigualdades sociais⁶.

A construção das ações afirmativas perpassa por dimensões, sociais, econômicas, históricas, geográficas, políticas, étnicas, entre outros. Discussões relacionadas à equidade, inclusão, qualidade e afins se unem para uma democratização de direitos, dentre esses, encontram-se as cotas raciais no ensino superior, vislumbrando que a educação é um dos possíveis caminhos para ascensão social.

Cotas raciais no ensino superior

A Lei de Cotas regulamentada pelo Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, traz como finalidade ampliar as oportunidades de acesso das pessoas ao ensino superior, bem como, ao ensino técnico de nível médio e objetiva democratizar as condições de acesso, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e étnico-raciais e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (NASCIMENTO, 2016).

Aprovada em 2012, a lei federal 12.1771, tornou obrigatória a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda, nas instituições federais de ensino superior. Essa medida legal e obrigatória determina que as Universidades, Institutos e Centros Federais reservem 50% das suas vagas para estudantes oriundos de escola pública. Dentre elas, haverá reserva de um percentual especial destinado a estudantes negros (autoidentificados como de cor “parda” ou “preta”) e indígenas (GUARNIERI e SILVA, 2017).

O primeiro Programa de Cotas brasileiro foi implementado em 2003 pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Desde então, a quantidade de universidades que aderiram ao programa de cotas foi ascendendo rapidamente em um curto período (GUARNIERI e SILVA, 2017).

6 O Brasil é conhecido por ter um dos mais elevados níveis de desigualdade no mundo e isso está intimamente ligado à educação (FERREIRA; PAES DE BARROS, 2000). O Brasil também é uma sociedade multirracial, na qual metade da população é classificada como “não branca” e há fortes correlações entre origens étnicas, renda e oportunidades de instrução (SCHWARTZMAN, 2005).

Os direitos fundamentais com base na igualdade não são capazes de incorporar todos os sujeitos e suas especificidades, alguns sujeitos e/ou determinados grupos de direitos, exigem um tratamento diferenciado, precisam ser consideradas algumas peculiaridades, tendo a necessidade de uma proteção particularizada, em razão de sua própria vulnerabilidade social (SANTOS, 2012).

É neste contexto que, nas últimas décadas, o tema inclusão social no ensino superior tem se transformado em questão prioritária de movimentos sociais, especialmente do movimento negro e indígena, da mesma forma que de políticas públicas e de políticas das instituições de ensino superior, como forma de enfrentar e superar as desigualdades (NASCIMENTO, 2016).

Ao analisar diferentes modalidades de “ações afirmativas” raciais em universidades brasileiras desenvolvidas até 2012, Daflon (2013) conclui que há no país grande heterogeneidade de critérios, com implicações negativas acerca da aceitação dos critérios raciais pela população em geral. A desigualdade social tende a ser mais aceita como critérios de inclusão dos Programas.

Transcorridos sete anos da aprovação da lei de cotas, alguns resultados de pesquisa apontam para o aumento da população negra nas universidades. A expectativa é de que o número de pretos, pardos e indígenas aumente significativamente nos campi e altere a realidade do espelho distorcido, ou seja: “apesar dos avanços nos últimos anos, o campus brasileiro continua sendo um espelho que distorce a sociedade. Números analisados e contas feitas, a conclusão a que se chega é uma só: os cursos de graduação hipertrofiaram, no campus, as desigualdades existentes” (RISTOFF, 2013, p. 11).

Cabe ressaltar que esse rol de questões não é exaustivo e, paralelamente, permanece o campo de representações sobre relações étnico-raciais no Brasil, que se caracteriza em um espaço de disputas e também de difícil assimilação na universidade, “ainda alimentada pela ideia do perigo de se racializar uma sociedade que nunca teve o fator racial como critério para a diferenciação de sua sociabilidade” (PAIVA, 2013, p. 66).

De acordo com Rosa (2015) a maioria das/os alunas/os que ingressam por cotas raciais possuem escolarização superior à de suas mães e de seus pais, e geralmente são oriundos de periferias e conseqüentemente também possuem uma renda baixa”. Tais alunas/os acabam apresentando uma série de empecilhos para permanecerem na universidade, fato que também se confirma em nossa pesquisa, como mostram nossos resultados e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão apresentamos os perfis socioeconômicos e os resultados das entrevistas realizadas com as cinco (5) entrevistadas, todas universitárias negras cotistas, moradoras da Região Metropolitana do Recife em Pernambuco. As falas destacadas são as mais significativas em relação à temática abordada. Optamos por nomear cada entrevistada e para preservar suas identidades demos a elas nomes fictícios.

Perfil socioeconômico das entrevistadas

Nome	Alda	Cássia	Débora	Gabriele	Gisele
Idade	37	35	41	28	27
Gênero	F	F	F	F	F
Cor	Preta	Preta	Parda	Parda	Preta
Estado civil	Casada	Solteira	Solteira	Casada	Solteira
Nº de dependentes	0	0	1	0	0
Nº de pessoas que moram em sua casa (incluindo você)	4	3	6	2	4
Renda familiar (em salários-mínimos)	3	2	3,5	2	3
Curso/Turno	Administração - Noite	Pedagogia - Manhã	Pedagogia - Manhã	História - Noite	Sociologia - Noite
Ensino Médio (escola pública ou privada)	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública

Fonte: elaborado pela autora

Com o objetivo de compreender o impacto das cotas raciais no ensino superior na trajetória de cinco (5) universitárias negras cotistas, realizamos entrevistas semiestruturadas contendo dez (10) perguntas. As respostas apresentadas neste artigo são as que entendemos ser as mais relevantes para nosso objetivo. Iniciamos nossa entrevista com a seguinte pergunta:

Você fez algum curso preparatório para ingressar na universidade?

Alda: *“Eu até gostaria, mas a mensalidade está acima de minhas condições, se pagasse a mensalidade, faltaria dinheiro para outras coisas em casa”.*

Cássia: *“Fiz, mas foi um na comunidade mesmo, todos os professores eram voluntários, as vezes faltavam as aulas. É uma ajuda, mas não dá pra comparar com um cursinho pago”.*

Gisele: *“Não. Eu estudei sozinha em casa, mas senti que faz uma diferença grande, comparado a quem fez”.*

Qual a sua maior dificuldade para ingressar na universidade?

Cássia: *“No meu caso, sempre tive dificuldade com matemática, física e química e no Enem isso também é cobrado, não tive uma boa base no ensino médio, por isso minhas notas no Enem sempre foram baixas, demorei para passar.”*

Gabriele: *“Toda a minha formação no ensino médio, foi complicada, em muitos momentos faltaram professores de tudo: matemática, química, até de português. Sem uma boa base fica difícil passar no Enem”.*

Ao ingressar na universidade você precisou trabalhar para poder continuar estudando? (se sim, em que?).

Alda: *“Comecei a dar aulas de reforço pra ajudar com minha passagem e xérox, os gastos são muitos”.*

Débora: *“Trabalho desde meus 19 anos, já fiz de quase tudo, babá, telemarketing, maquiadora... mas só tive a carteira assinada há 5 anos. Atualmente trabalho como auxiliar administrativo em uma escola particular.*

Gisele: *“Até 5 meses atrás eu trabalhava como operadora de telemarketing, mas agora estou sem emprego, dependendo da ajuda de meus pais”.*

O curso que você faz, é o curso que você sempre desejou? Por quê?

Cássia: *“Sempre pensei em fazer design, mas minha nota nunca foi o suficiente, nunca fui boa com cálculos. Aquela história de um ensino médio ruim”...*

Gabriele: *“Meu sonho era fazer direito, mas a nota é muito alta e história era o que achei que mais se aproximava e depois pensei que quando terminar, ao menos posso dar aula, fazer um concurso pra professora”...*

Gisele: *“Sempre gostei de sociologia, mas tenho pensado muito, porque o cenário não tá bom pra ninguém e pra sociologia menos ainda. Tenho pensado em outra graduação”.*

Você recebe alguma ajuda (programa social) da universidade/outros?

Alda: *“Não. Já me inscrevi para receber auxílio passagem, mas nunca fui contemplada”.*

Cássia: *“Dá universidade não recebo nada, mas eu recebo o bolsa família”.*

Gabriele: *“Não recebo nada. Qualquer ajuda pra passagem, xérox, lanche... já seria bem-vinda, mas infelizmente o cenário não tá fácil”.*

O que as cotas (raciais) significam para você?

Alda: *“Provavelmente se não fossem as cotas eu não teria passado. Só quem veio de escola pública sabe a dificuldade que é pra tirar boa nota no enem. As cotas foram minha salvação”.*

Cássia: *“As cotas são uma maneira de compensar a população negra por tudo de ruim que ela vem passando desde a escravidão. Acho uma coisa maravilhosa, porque só vou competir com pessoas de minha mesma situação”*.

Grabriele: *Significam que eu vou ter um futuro melhor que meus pais. Eles não conseguiram nem ter o ensino médio e eu terei curso superior...dá uma esperança de ter uma vida melhor”*.

Na universidade você enxerga diferenças/desigualdades entre estudantes cotistas e não cotistas (cotas raciais)?

Débora: *“Não vejo diferença no sentido das capacidades, mas algumas vezes já escutei uns comentários estranhos vindos de professores a respeito das cotas raciais. O que pra mim é péssimo, porque se eles que são professores falam isso, imagina os alunos”*.

Gisele: *“Em muitas situações, nós cotistas nos saímos melhores até do que quem não é cotista. Alguns colegas gostam de fazer brincadeiras quando sabem que somos cotistas, só que a gente dá a melhor resposta com as boas notas”*.

Para você qual a maior dificuldade de estudantes cotistas na universidade?

Alda: *“Na minha opinião é a questão de você passar e não ter como se manter. Muitos dos cotistas têm uma condição de vida difícil, falta até dinheiro para passagem. Por isso que seria importante a universidade está atenta as condições dos cotistas negros”*.

Cássia: *“Acho que é a questão de como se manter estudando e conciliar com trabalho. Fica muito difícil”*.

Débora: *“Parece que tudo é feito para não funcionar para os cotistas... mas nós somos resistência e no fim dá tudo certo”*.

Como a universidade poderia ajudar seus estudantes negros/os cotistas?

Cássia: *“Tentando nos envolver em projetos que fossem remunerados. Assim nós estaríamos fazendo coisas relacionadas com a universidade e também dando uma contribuição para a sociedade”*.

Grabriele: *“Nós precisamos de toda ajuda possível, porque isso vem de lá de trás, família sem condições de estudar, escola pública... então a universidade tem que abraçar os cotistas, ter mais bolsas, mais projetos. A gente tem que se sentir em casa”*.

Gisele: *“A universidade tem que fazer o papel dela, e ajudar pessoas negras a se formar é ajudar a sociedade, porque quando um negro se forma, o Brasil melhora. Por isso acho que deveria ter algo que ajudasse com passagem, cópias...coisas do tipo”*.

Enquanto mulher negra, universitária e cotista, o que você espera do futuro?

Alda: *“Espero me formar, conseguir um emprego na minha área e poder ajudar outras pessoas como eu, que sonhavam em ter curso superior”.*

Cássia: *“Sempre penso em um futuro melhor com mais igualdade e justiça, principalmente para pessoas negras, porque somos nós que mais sofremos e mais morremos”.*

Gisele: *“Espero terminar a faculdade e ter mais oportunidades de emprego... espero poder viver em um país em que a gente seja mais respeitado”...*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A enorme luta das organizações negras, tem feito com que o estado brasileiro comece a reconhecer a situação diferenciada/desigual entre negras/os e brancas/os e a consequente necessidade de medidas de combate ao racismo e à desigualdade racial.

O uso de ações afirmativas auxilia no processo de redistribuição de oportunidades, uma vez que o acesso ao ensino superior público pode acarretar em uma mudança de vida para negras e negros em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A lei de cotas para o ensino superior é um instrumento importante para que a população negra tenha um maior acesso à universidade, espaço historicamente privilegiado. É importante que haja um consenso na sociedade brasileira sobre a importância de ter políticas ativas para diminuir o peso de um passado desigual, haja vista que o sistema de cotas em universidades e os programas sociais têm melhorado a vida da população negra no Brasil.

Atualmente, o acesso à universidade pública se dá por meio de um processo de seleção no qual a maior parte dos aprovados são estudantes egressos de escolas privadas ou que possuem recursos necessários para o custeio de cursos preparatórios ao exame de admissão e sendo a população negra a maioria da população pobre e/ou miserável de nosso país, cria-se uma dinâmica de inversão proporcional no processo de inclusão no ensino superior público no Brasil.

Defender a presença cada vez maior e efetiva de negras e negros na universidade pública brasileira, é uma ação positiva, imprescindível e estratégica para combater o racismo e fortalecer o processo democrático, sendo a política de cotas raciais nas universidades públicas, um instrumento estratégico e imprescindível para alterarmos o estado das coisas, na sociedade racista em que vivemos.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula F. Ensino Superior no Brasil: Expansão e Mercantilização na Contemporaneidade. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

BIGOSSI, Fabiela. Trajetórias universitárias: um estudo etnográfico da construção de projetos de vida dos estudantes negros em Porto Alegre-RS. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFRS, 2009.

BORTOLANZA, Juez. XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Mar Del Plata, Argentina, 2017.

DAFLON, Verônica, et al. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, 43(148), (2013). 302-327.

DURHAM, Eunice R. O Ensino Superior no Brasil: público e privado. São Paulo, Nupes-usp, (2003).

GUARNIERI, Fernanda; SILVA, Lucy. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 21, Número 2, Maio/Agosto de 2017: 183-193.

MINAYO, Maria Cecília S. (org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 28ª Ed. Petropolis: Vozes, 2009.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217, novembro/ 2002.

NASCIMENTO, Ilca F. Lei de cotas no ensino superior: desigualdades e democratização do acesso à universidade / Ilca Freitas Nascimento. (Dissertação). – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2016.

NEVES, Clarissa E. B. et al. (2007), “Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira”. *Sociologias*, 9 (17): 124-157.

NEVES, Clarissa. E. B. et al. Educação superior no Brasil: acesso, equidade e políticas de inclusão social. *Controversias y Concurrências Latino-americanas*, ano 3, v. 4, p. 123-140, 2011.

OLIVEN, Arabela. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Educação*, v. 30, n. 1, 2007. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/580.pdf>. Acessado em 05.03.2017.

PAIVA, Angela. R. Ação afirmativa: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

QUEIROZ, Martha. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: Von Simson, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

RIBEIRO, Carlos Antônio C. (2011), “Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil”. Dados, 54 (1): 41-87

RISTOFF, Dilvo. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENANDE (2004-2009). Cadernos do GEA, Rio de Janeiro: FLACSO, v. 2, n. 4, p. 1-36, jul./dez. 2013. Disponível em: . Acesso em: 21 out. 2017.

ROSA, Chaiane M. A política de cotas na UFG: desvelando o perfil dos estudantes cotistas. Revista NUPEM, Campo Mourão, v . 7, n. 12, jan./jun. 2015.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, Adilson P. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012.

SILVA, Petronilha. B. G.; MORAIS, Danilo. S. Ações afirmativas – perspectivas de estudantes da reserva de vagas. São Carlos/SP: EdUFSCAR, 2015.